



## **ARQUITETOS NAS FAVELAS: TRÊS CRÍTICAS E UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO**

### ***ARCHITECTS IN FAVELAS: THREE CRITIQUES AND A PROPOSAL***

**KAPP, Silke, PhD, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**BALTAZAR, Ana Paula, PhD, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**CAMPOS, Rebekah, Graduanda, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**MAGALHÃES, Pedro, Arquiteto, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**MILAGRES, Lígia, Mestre, Doutoranda, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**NARDINI, Patrícia, Graduanda, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**OLYNTHO, Bárbara, Graduanda, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

**POLIZZI, Leonardo, Arquiteto, Mestrando, MOM, Escola de Arquitetura UFMG**

### **RESUMO**

Esse artigo questiona a reprodução da prática de projeto convencional na produção e melhoria de habitação de interesse social no Brasil. Tal questionamento tem como pano de fundo dois pressupostos. Um primeiro diz respeito ao reconhecimento do Ministério das Cidades sobre a necessidade de ampliação de alternativas para produção e melhoria de moradias de interesse social com engajamento dos diretamente interessados, estimulando a autogestão. E um segundo, diz respeito a ampliação de investimentos na produção de novas unidades habitacionais com o Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo que o limite de unidades por empreendimento estimula grandes conjuntos e não iniciativas pontuais, e poucas unidades vêm sendo construídas na modalidade "Entidades". Diante disso, percebe-se uma hegemonia da prática convencional de projeto e construção nas intervenções financiadas pelo Estado, em detrimento do desenvolvimento e investimento em alternativas que lidem com autoprodução e autogestão. Por outro lado, grande parte da produção habitacional de interesse social ainda acontece informalmente, nas ocupações e favelas, por meio da autoprodução. As favelas nas regiões centrais das metrópoles têm sofrido (ou, para os mais otimistas, se beneficiado de) intervenções do Estado ou de outros grupos, que, ainda que bem intencionadas, desconsideram a possibilidade de ampliação do poder político-espacial dos diretamente envolvidos. No intuito de iniciar a discussão sobre possibilidades de atuação dos arquitetos no contexto da autoprodução do espaço habitacional de interesse social, esse artigo recorre à atuação dos arquitetos nas favelas, abordando três procedimentos usuais de forma crítica e apontando uma possibilidade de atuação que visa à autonomia.

Palavras-chave: autoprodução, autogestão, autonomia, práticas de arquitetos, favelas

### **ABSTRACT**

*This paper questions the reproduction of the conventional design practice in the production and improvement of social housing in Brazil. Such questioning has two assumptions as background. The first concerns the recognition of the Ministry of Cities on the need to expand alternatives for production and improvement of social housing with engagement of those directly concerned, encouraging self-management. And a second concerns the expansion of investments in the production of new dwelling units with Minha Casa, Minha Vida, even if the limit of units per project encourages large housing and not individual initiatives, and if a few units have been constructed under the form "entities". Therefore, there is a tendency towards the hegemony of a conventional practice in the design and construction funded by the state at the expense of development and investment in alternatives that deal with self-production and*



*self-management. On the other hand, most of the production of social housing still happens informally, in occupations and favelas, by means of self-production. The favelas in the central parts of cities have suffered (or, for the most optimistic, benefited from) State or other groups' interventions, which, despite well meaning, disregard the possibility of expanding the spatial-political power of those directly involved. In order to start a discussion about possible practices of the architects in the context of self-production of social housing, this article draws from the work of architects in favelas by critically addressing three common procedures and pointing to a possibility of action that seeks autonomy.*

*Key words: self-production, self-management, autonomy, architects practices, favelas.*

## 1. INTRODUÇÃO

*Temos sido incrivelmente imaginativos em tudo o que diz respeito à técnica e à ciência. Mas quando se trata de mudanças nos arranjos sociais, tem nos faltado totalmente a imaginação.*

Erich Fromm, entrevistado por Mike Wallace em 1958 nos EUA.<sup>1</sup>

A supracitada advertência de Erich Fromm nos parece pertinente no contexto nacional e temporal, visto as dificuldades que são sempre postas para formulação de arranjos sociais para além das alternativas instituídas. É necessária imaginação não só para novas formulações como para abrir uma brecha no cenário instituído. No Brasil, movimentos sociais de abrangência nacional vêm insistindo, com algum êxito, na mobilização de tal imaginação, que já tem reflexos na legislação e nas políticas públicas. Contudo, a força dos arranjos produtivos de grande escala e do processo de projeto convencional tem prevalecido na produção do espaço de habitação de interesse social.

Ainda que o Ministério das Cidades explicita o intuito de criar um sistema que inclua "cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional" (MCidades, 2008, p. 366), os grandes programas do Estado, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), têm dado pouca atenção, e quase nenhum estímulo, a alternativas para produção de habitação de interesse social em pequena escala e que vise autonomia dos moradores. Ainda que exista a modalidade 'Entidades', esta é responsável por poucos empreendimentos e, ainda que em pequena escala, a autogestão nem sempre está associada à possibilidade continuada de autonomia dos moradores. O PMCMV tradicional, por exemplo, permite a construção de centenas de unidades habitacionais em um único empreendimento, e não há nada que impeça que vários empreendimentos sejam construídos lado a lado, gerando uma massificação que já aconteceu no Chile e foi extremamente criticada pela segregação socioespacial gerada (ROLNIK, 2012). Independente do fracasso social de tais empreendimentos, o interesse da indústria da construção não mudará, por si só, voltando-se para produção menos lucrativa em pequena escala. Contudo, o Estado tem subsidiado indiretamente o lucro das construtoras, quando poderia estar investindo em arranjos produtivos alternativos incentivando cooperativas de construção e autogestão. O trabalho da ONG Usina, de São Paulo, aponta para o sucesso da autogestão em empreendimentos habitacionais de pequeno porte, mostrando que há grande redução de custos — uma vez que não há lucro, apenas remuneração do trabalho — e ampliação do tamanho das unidades, embora o tempo gasto para enfrentar burocracias e para a própria autoconstrução, acaba sendo maior. Um dos grandes entraves às alternativas existentes, como a da Usina, é a Caixa Econômica Federal e seu sistema de financiamento e medição de obra voltado para grandes empreendimentos certificados. O uso da imaginação nesse caso está diretamente relacionado ao combate do que Schumacher (1981) chama de "propensão ao gigantismo", ou seja, ao questionamento da aparente eficiência técnica e administrativa das operações em grande escala.

<sup>1</sup> *The Mike Wallace Interview – Guest Eric Fromm.* Disponível em [http://www.hrc.utexas.edu/multimedia/video/2008/wallace/fromm\\_erich\\_t.html](http://www.hrc.utexas.edu/multimedia/video/2008/wallace/fromm_erich_t.html) Acesso em 14 de julho de 2012.



Segundo Schumacher (1981, p.56) "Quando se trata de agir, evidentemente precisamos de pequenas unidades, porque [...] não se pode estar em contato com mais do que um número bem limitado de pessoas em dado momento." Ainda que o combate à escala seja crucial para viabilizar a ação de indivíduos e pequenos grupos na produção do espaço habitacional, há outro entrave ainda mais fundamental que é a reprodução da atuação profissional convencional atropelando qualquer iniciativa na direção de superar os arranjos sociais institucionalizados. Em outras palavras, ainda que grupos como Usina tenham sido capazes de promover bem sucedidas mudanças nos arranjos produtivos, reduzindo a escala de ação e apostando na autogestão, tais processos ainda não incorporam mudança substancial no procedimento de projeto. A prática do arquiteto continua preservada, gerando um hiato entre a autoprodução, praticada pela maioria dos diretamente interessados, e o campo arquitetônico convencional.

Nesse artigo procuramos abordar tal hiato a partir do entendimento de como o arquiteto tem atuado no contexto em que predomina a autoprodução em pequena escala, especificamente nas favelas, onde sua atuação tem sido crescente. Nas últimas duas décadas, tem havido um crescente investimento em iniciativas de melhoria das favelas. Isso inclui programas públicos, projetos internacionais, apoio de organizações não governamentais, pesquisas acadêmicas e projetos artísticos e técnicos dos mais diversos matizes. O "engajamento na informalidade" tornou-se um "paradigma internacional de trabalho" (CASTLE, 2011, p.5). Nesse artigo discutimos três diferentes tipos de atuação de arquitetos e urbanistas nesse contexto. A partir do seu exame crítico, arriscamo-nos então a indicar uma quarta possibilidade, que temos procurado explorar no Grupo MOM com base em pesquisas de campo nas favelas da cidade de Belo Horizonte (Brasil). Acreditamos que seja possível aprender com as favelas para engendrar uma atuação que colabore com uma mudança de fato nos arranjos sociais na produção de habitação de interesse social.

Nossas análises têm por critério fundamental o grau de abertura que as práticas dos arquitetos oferecem a decisões e ações das comunidades. Consideramos *negativos* processos que criam novas dependências para os (ditos) beneficiários, e avaliamos *positivamente* a ampliação do seu poder político-espacial. No horizonte dessa avaliação está a ideia de *autonomia coletiva*, entendida como o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço. Autonomia é, assim, bem mais do que participação popular. Enquanto essa última sugere moradores convidados num processo cuja estrutura foi definida pelos profissionais ou pelo Estado, autonomia implica processos orquestrados pelos moradores, nos quais os profissionais e o Estado seriam os (eventuais) convidados (LOPES, KAPP, BALTAZAR, 2010; KAPP, BALTAZAR, 2012).

Cabe advertir que os tipos de atuação delineados em seguida têm caráter conceitual. É improvável que algum profissional se identifique inteira e exclusivamente com um desses três tipos. Por outro lado, também é improvável que não encontre indícios deles em suas práticas. Vale a pena pensar em como, ainda que na melhor das intenções, pode-se estar perpetuando a lógica heterônoma que leva ao surgimento das favelas e à segregação urbana em geral.

## 2. A ATUAÇÃO TECNOCRÁTICA

Esse primeiro tipo caracteriza a situação em que os profissionais trabalham na cidade informal assumindo o papel de agentes da formalidade, isto é, como contratados ou funcionários do Estado. Sua atuação segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregados de implementar, de modo que se dedicarão a melhorias emergenciais ou grandes projetos, atendimento individual ou global, processos participativos ou impositivos, conforme ditam tais diretrizes.



Justamente essa predefinição de objetivos, normas e procedimentos é a principal característica da atuação tecnocrática. O arquiteto pode cumpri-los com convicção, resignação ou espírito crítico, mas é fato que não pode mudá-los radicalmente no contexto de um trabalho específico. A heteronomia está posta de antemão para o profissional e, o que é mais importante, para a comunidade em que atua. Seu método de trabalho não é determinado pela sua própria vontade, muito menos pela vontade dos moradores.

De onde vem, nesse caso, o *hetero-nomos*, a norma alheia a que todo o processo deve se submeter? Paradoxalmente, também as metodologias da atuação tecnocrática são elaboradas com ajuda de arquitetos e urbanistas. O problema é que não visam prioritariamente à mobilização do conhecimento especializado para situações novas de planejamento e produção do espaço; em vez disso, buscam o enquadramento dessas situações novas às antigas rotinas administrativas, financeiras e jurídicas da cidade formal.

A atuação tecnocrática é, assim, marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos e urbanos. Os protocolos dessa racionalidade, sempre considerada superior, interdita de antemão a maioria dos elementos essenciais à experiência cotidiana dos autoprodutores, como, por exemplo, a possibilidade de que uma construção não seja precedida por um projeto, mas pensada à medida que evolui. Parte-se da premissa de que o arquiteto deve 'resolver o problema', conciliando interesses contraditórios em vez de trazê-los à tona para que sejam discutidos e transformados ao longo do tempo por todos os envolvidos.

Um exemplo concreto é a metodologia do Plano Global Específico (PGE) utilizada em Belo Horizonte desde a década de 1990 para a urbanização das cerca de 200 vilas e favelas da cidade. A diretriz do PGE é de integração das favelas à cidade formal, com respeito às especificidades locais e participação popular nas decisões. Na prática, o processo se pauta nos códigos técnicos e é dominado por quem domina esses códigos, enquanto a participação popular existe para amenizar conflitos (KAPP e BALTAZAR, 2012). Os moradores fornecem parte das informações e tomam conhecimento das decisões por meio de Grupos de Referência, mas suas experiências e aspirações entram no processo, quando muito, como acessórios. Nas palavras de uma moradora da Vila das Antenas sobre as reuniões participativas: "*A gente só ia lá só pra concordar. Tipo assim, mesmo discordando, [o projeto] já estava pronto. A gente era só pra servir de uma fachada pra eles.*"<sup>2</sup>

Desde 2007, com o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que aportou volumosos recursos federais à urbanização de favelas no Brasil, os resultados dessa atuação tecnocrática se tornaram visíveis: abertura de grandes vias, delimitação de propriedades privadas, remoção de moradias e construção de conjuntos habitacionais, parques cercados e equipamentos funcionalizados. Há melhorias inegáveis em algumas situações críticas, mas, de um modo geral, peculiaridades e potenciais locais tendem a desaparecer. Soma-se a isso o fato de as obras de urbanização serem executadas por empresas privadas, enquanto a execução por cooperativas e outras organizações baseadas na economia do trabalho – e não na economia do capital – nem sequer é cogitada.

Ao fim de um processo desse tipo, os moradores não ampliam sua capacidade crítica e autonomia de ação. A inocuidade da participação os desmobiliza e acaba tornando-os indiferentes ao espaço que ocupam. Da mesma maneira que a classe média urbana, passam a atribuir ao poder público a responsabilidade pelas qualidades e deficiências da cidade. Assim, a atuação tecnocrática bem sucedida (segundo seus próprios critérios) implica moradores resignados a um papel de

---

<sup>2</sup> Trecho de entrevista concedida por uma moradora da Vila das Antenas (Morro das Pedras) ao Grupo MOM em maio de 2012, no contexto da rede de pesquisa FINEP *Morar.TS* (Tecnologias sociais para a moradia).



consumidores de espaços produzidos por instâncias heterônomas. Quaisquer melhorias a partir desse ponto dependem de novas ações externas.

### 3. A ATUAÇÃO MISSIONÁRIA

Esse segundo tipo abrange o atendimento técnico direto a famílias ou grupos, seja de forma independente ou com vínculo a uma entidade mais ampla (ONG, instituição de ajuda humanitária, Estado estrangeiro etc.). Importa que, assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.

À diferença da atuação tecnocrática, cuja heteronomia é perceptível para grande parte dos arquitetos, as imposições da atuação missionária são mais sutis. Elas envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado dos quais os indivíduos raramente têm consciência. Bourdieu (2007) chama de *habitus* essas disposições naturalizadas que caracterizam tanto classes e frações de classes, quanto grupos culturais e campos profissionais. O *habitus* se manifesta na linguagem, no gosto, na disciplina, na capacidade de abstração e planejamento, nas formas de expressão e assim por diante. Um indivíduo consegue reconhecer seus pares e distingui-los de outros a partir dessas manifestações, mas dificilmente consegue relativizar o próprio *habitus*, pois toma suas disposições pessoais por 'normais'.

Membros do campo arquitetônico também incorporam, em maior ou menor grau, um *habitus* reproduzido em academias, concursos, publicações especializadas e todos os demais dispositivos com que os campos celebram e asseguram a si mesmos. A cultura especializada dos arquitetos não consiste apenas em procedimentos, mas também nas posturas e convicções que os criam e reforçam. Ora, a gênese histórica dos serviços convencionais que arquitetos oferecem está na clientela de classe alta: o cliente traz suas demandas funcionais (explícitas) e simbólicas (implícitas); o arquiteto cria um arranjo formal; e, idealmente, o cliente aprova o arranjo, respeitando o arquiteto e seu projeto segundo a mesma matriz cultural do mecenas oitocentista que devota respeito ao artista e à sua obra (KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008). Conhecimentos técnicos fazem parte da transação, mas o que está verdadeiramente em jogo é um capital simbólico. Embora o trabalho da maioria dos arquitetos (assalariados) hoje esteja longe desse padrão de atendimento, ele continua dominando o imaginário do campo arquitetônico.

Para superar o descompasso entre tal imaginário e as necessidades reais de clientes menos abastados e desmistificar o processo da criação arquitetônica, o arquiteto argentino Rodolfo Livingston (2004) elaborou um método de trabalho mais aberto, de formalidades reduzidas e escuta atenta, no qual o cliente é capaz de atuar em todas as decisões, inclusive interrompendo os serviços quando desejar. Livingston, embora não use o termo, rompe o *habitus* arquitetônico – esse conjunto de disposições e esquemas mentais com que arquitetos costumam operar. Seu método tem se mostrado pertinente em muitos contextos de demandas populares, desde a aplicação inicial pelos "arquitetos da comunidade" de Cuba. Todavia, pudemos constatar que, no contexto das favelas, mesmo esse grau de abertura não é suficiente para superar o já mencionado hiato entre autoprodução e campo arquitetônico convencional. A lógica do atendimento ainda prevalece e é preciso ir além.

Nenhum arquiteto missionário deixa de perceber esse hiato. Porém sua atuação se caracteriza como missionária justamente por ele continuar decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios parâmetros (conscientes ou inconscientes) e se sentindo capaz de 'atender' o cliente, resolvendo os problemas que lhe são trazidos. Subjaz à sua atuação o *habitus* arquitetônico que menospreza



questões sociais e econômicas levando à certeza de que as desigualdades sociais serão reduzidas pelo aculturamento e pelo esforço dos pobres, como se numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe.

Numa palestra proferida em 1968 para missionários e estudantes norte-americanos engajados em comunidades pobres da América Latina, o filósofo Ivan Illich critica a prática missionária com esse mesmo argumento. Ele adverte para a imposição de uma cultura hegemônica (que está na base do voluntarismo e da filantropia) e para a falta de reflexão crítica dos missionários acerca dessa cultura num contexto social mais amplo; portanto, para a impossibilidade de fazer algum bem às comunidades 'beneficiadas' (ILLICH, 1968).

Questionamento análogo cabe a arquitetos que se furtam a uma crítica contundente do processo heterônimo de produção do espaço do qual sua profissão faz parte. Ainda que o lema seja 'não dar o peixe, mas ensinar a pescar', aprender a 'pescar' costuma significar a adesão ao comportamento ditado pelo missionário. Em vez de ampliar o poder dos moradores, gera dependência de agentes externos, pois seus procedimentos dificilmente são postos em questão. Veja-se, por exemplo, a atuação de uma equipe de arquitetos numa favela do Rio de Janeiro: com refugos doados por uma rede de lojas de materiais de construção, a equipe organizou um bazar no qual os moradores deveriam 'pagar' as doações com embalagens Tetra Pak. Uma moradora diz: "*O melhor é que nada é dado de graça. Preciso correr atrás para conseguir as embalagens e fazer as melhorias aqui em casa. Isso só valoriza o nosso esforço*".<sup>3</sup>

Ainda que pareça positivo a um filântropo, o depoimento evidencia que os moradores foram obrigados a participar de uma corrida de obstáculos para fazer por merecer coisas que já lhes haviam sido doadas. Ademais, a ênfase na escassez de materiais distrai do problema maior: a escassez de poder político-espacial. Atuações dessa espécie tornam irrisória até mesmo a pretensão a um tal poder.

No Brasil, foi aprovada em 2008 a Lei de Assistência Técnica (Lei nº 11.888) que deve garantir à população de baixa renda o acesso gratuito a serviços de engenharia e arquitetura. Por ora, não houve aplicação sistemática dessa lei, porque não se definiu sua fonte de recursos. Mas sendo esse aspecto institucional resolvido mais cedo ou mais tarde, caberá ponderar o que os profissionais farão com tais possibilidades, isto é, se ampliarão a dependência das pessoas em relação a seus serviços ou se ampliarão suas possibilidades de autonomia.

#### 4. A ATUAÇÃO ARTÍSTICA

Esse terceiro tipo não intenciona a solução direta de problemas que caracteriza as atuações tecnocráticas e missionárias, mas se funda no raciocínio de que mudar a percepção das favelas, por seus moradores e a partir de fora, provocará outras transformações. Dois exemplos no Rio de Janeiro ilustram isso: o projeto *Favela Painting*, dos artistas holandeses Dre Urhahn e Jeroen Koolhaas; e o projeto *Faces of Favelas* do artista francês JR (ARCHITECTURE FOR HUMANITY, 2012).

O *Favela Painting* tem a intenção declarada de "levar a arte para o morro" e de transformar a favela em monumento. A partir de maquetes minuciosas, concebem-se pinturas abstratas ou figurativas que cobrem casas e espaços públicos, conferindo nova unidade visual ao caos das construções. Enquanto

<sup>3</sup> *Reforma de banheiro é 'paga' com duas mil embalagens de leite*. Reportagem realizada no contexto do projeto Arquitetos de família. Disponível em: <<http://www.solucoesurbanas.org/2012/05/jornal-o-fluminense.html>>. Acesso em 14 de julho de 2012.



os empreendimentos iniciais ainda foram tímidos – *Boy with kite* (2007) e *Rio Cruzeiro* (2008) no Aglomerado da Penha –, a ação mais recente, intitulada *O Morro* (2010), pretende englobar toda a favela de Santa Marta (McGETRICK, 2008).<sup>4</sup>

O projeto teve repercussão positiva na mídia por difundir uma imagem contrária a violência e criminalidade, oferecer cultura, treinamento e emprego às populações locais, e por ser iniciativa de uma ONG com patrocínio do governo holandês e de uma empresa privada. Na verdade, trata-se de um dos exemplos mais evidentes de ganhos simbólicos às custas de uma comunidade pobre. Os artistas encontraram nas favelas a superfície de projeção dos seus sonhos que jamais lhes seria concedida num bairro de classe média. E por mais que esses artistas enalteçam a participação, os moradores se envolveram apenas no trabalho braçal, não decidiram nada e até rechaçaram partes dos projetos (reações que os autores relatam com detestável humor benevolente). Em vez de aumentar sua autoestima, o *Favela Painting* invalida qualquer investimento estético que tenham feito ali ao longo do tempo e lhes interdita novas mudanças se não quiserem destruir uma 'obra de arte' e demonstrar, de novo, a sua suposta 'falta de cultura'. O projeto é atraente para a grande mídia porque alimenta os preconceitos da classe média e reforça a classificação dos favelados como trabalhadores manuais que precisam de orientação intelectual por portadores da cultura legítima. A imagem que se promove de fato é a dos artistas e dos patrocinadores.

O segundo exemplo, *Faces of Favelas*, também foi realizado numa favela que ensejou manchetes chocantes (o Morro da Providência) e também pretendeu gerar uma imagem nova desse lugar pelo uso das superfícies de casas e espaços públicos. E como no exemplo anterior, o ganho simbólico do artista é relativamente fácil, porque qualquer ação em lugares tão negativamente conotados tende a ser aplaudida. Por outro lado, *Faces of Favelas*, em vez de coloridas e divertidas alusões à favela como *locus* dos bons selvagens, opera com imagens mais indigestas: grandes ampliações de retratos de moradores aplicadas sobre papel. O trabalho é efêmero, sem pretensão ao monumento, sem patrocinadores e sem visibilidade a partir dos bairros vizinhos. Paralelamente às ações *in loco*, há um website para onde as pessoas podem enviar suas fotos para receberem as ampliações em papel e realizarem suas próprias intervenções.

Os dois exemplos não são projetos arquitetônicos, é verdade, mas eles evidenciam de modo quase caricatural certos aspectos daquelas iniciativas de 'embelezamento' e monumentalização que os grandes projetos públicos nas favelas costumam incluir. Na maioria dos casos, essas iniciativas se assemelham ao *Favela Painting*: a monumentalização fotogênica que promove autores e patrocinadores (no caso, os políticos), satisfaz o público de classe média e anula os moradores. São poucos os projetos que, como o *Faces of Favelas*, rompem com esse padrão de gosto banal e admitem expressões críticas e manifestações não controladas.

## 5. A TENTATIVA DE CONHECIMENTO E A CRIAÇÃO DE INTERFACES

Os três tipos de atuação delineados até aqui têm em comum o fato de serem mais determinados por interesses e (pre)conceitos dos agentes externos, das instituições que representam e dos grupos sociais aos quais pertencem, do que pelos interesses dos habitantes. Particularmente no campo da arquitetura e do urbanismo, há um vício de origem na maneira mesma de conhecer e interpretar a cidade informal. No trabalho profissional, a heteronomia se instala já nos levantamentos iniciais: sejam pautados em padrões técnicos, ideais humanitários ou juízos estéticos, eles obedecem às categorias e hierarquias de quem os executa, e essa estrutura heterônoma dificilmente é revertida pela

<sup>4</sup> *Favela Painting - The Project*. Disponível em: <<http://www.favelapainting.com/favela-painting>>. Acesso em 5 de junho de 2012.



participação popular em fases subsequentes do trabalho. Nas pesquisas acadêmicas não é muito diferente. Mesmo aquelas de caráter qualitativo têm sido pouco sensíveis às discussões epistemológicas das ciências sociais, gerando inúmeros estudos de caso com feição naturalista e interpretação direta, como se a observação da realidade fosse neutra e como se os sujeitos pesquisados fossem autênticas fontes de informações indexicais, sem agenda, sem antecipação das expectativas alheias, sem estratégias discursivas, sem necessidade de autolegitimação e sem eufemização da própria situação.

Um primeiro passo para romper esse círculo vicioso seria tentar compreender melhor a produção socioespacial das favelas e em outros territórios informais. O termo *socioespacial* tem um significado preciso aqui: para além da pesquisa de fenômenos sociais nas favelas (pelo simples fato de concentrarem populações de determinadas características), trata-se de pesquisar a produção social daqueles espaços, a produção espacial das relações sociais que ali se estabelecem e a interação entre uma coisa e outra.

Temos desenvolvido pesquisas de campo com esse intuito, utilizando diferentes métodos das ciências sociais e, ao mesmo tempo, enfocando o espaço e sua produção de uma maneira que essas ciências não costumam fazer. Nossas pesquisas de campo abrangem observação direta, observação participante e entrevistas em profundidade, mas é sobretudo nas entrevistas que temos tentado superar a ingenuidade sociológica que caracteriza muitas pesquisas da área de Arquitetura e Urbanismo.

A metodologia das entrevistas é, essencialmente, narrativa, contendo elementos de entrevistas semi-estruturadas. Sem definir de antemão os temas e problemas abordados, o pesquisador estimula o entrevistado a narrar histórias de como produz e experimenta seu espaço cotidiano. Apenas quando a narrativa se afasta muito desse tema, o entrevistador faz comentários curtos, quase retóricos, para retomá-lo – o que numa entrevista narrativa 'ortodoxa' não seria admissível. No entanto, não se fazem perguntas avaliativas sobre características do lugar ("*o mofo incomoda?*") porque a chance de se obter uma resposta sincera é quase nula. Ou o entrevistado tentará defender seu modo de vida contra o julgamento implícito na pergunta do pesquisador, ou tentará aderir a esse julgamento para obter aprovação. Muito mais elucidativo seria o fato de ele, por si só, tocar no assunto ou não. Também aprendemos a não perguntar por opiniões ("*o que você acha da ação da prefeitura?*"). Quem pertence a grupos socialmente dominados não costuma ter o hábito de elaborar e expressar posições próprias. Solicitá-las repentina e diretamente gera constrangimento e respostas evasivas, lugares-comuns ou até repetições de slogans institucionais.

As entrevistas são gravadas, transcritas, analisadas e discutidas entre os pesquisadores, considerando-se que não constituem um indício de 'realidade' que depende, também, da postura assumida pelo entrevistado: engajado na auto-representação, contente com a oportunidade de ser ouvido, receoso de não corresponder às expectativas etc. Entrevistas subsequentes com uma mesma pessoa e entrevistas com pessoas de uma mesma vizinhança têm permitido a coleta de perspectivas diversas sobre um mesmo processo espacial, tornando as interpretações mais consistentes.

O conhecimento assim constituído ainda é parcial e limitado, sujeito a críticas e revisões. É evidente também que não se pode tomar um contexto empírico tão restrito – algumas poucas favelas da cidade de Belo Horizonte – como representante genérico de quaisquer territórios informais em metrópoles modernas. Por outro lado, essas pesquisas derrubam suposições tácitas acerca das favelas que têm sido aplicadas em toda parte. Tomemos um exemplo trivial: a crença de que a falta de iluminação ou ventilação das casas seria um dos principais motivos de desconforto dos moradores. Constatamos inúmeras vezes que isso é falso. Infinitamente mais relevante para os autoprodutores é a incerteza acerca da estabilidade estrutural das construções. Muitos temem que suas casas possam ceder com o tempo, mesmo que tenham estruturas exageradas e que não haja nenhum sinal de instabilidade (como



trincas ou fissuras). E a preocupação tende a aumentar a cada reforma ou acréscimo. Perceber isso implica superar práticas que priorizam incômodos e interesses dos agentes externos e que ignoram, além das demandas reais dos moradores, a própria relatividade dessas referências (o tema da insalubridade, por exemplo, está associado a uma longa história de ações moralistas e autoritárias).

As entrevistas também constituem, em si mesmas, oportunidades de os entrevistados refletirem acerca de sua situação socioespacial de uma maneira nova. Elas têm um caráter construtivista na medida em que trazem conflitos à tona e promovem uma criação de sentido. No entanto, é importante frisar que elas não têm nenhum intuito psicanalítico, e nem mesmo visam à posição pessoal ou ao sentido particular que um entrevistado encontra em sua vida. A questão é que, para criar essas narrativas, as pessoas precisam recorrer a uma estrutura de sentido compartilhada e transformada *socialmente* (TAYLOR, 1971) e, no nosso caso, também *espacialmente*. O que nos interessa, é essa estrutura compartilhada e seu processo de transformação.

Assim, a própria metodologia das entrevistas já indica uma forma de atuação diferente da via institucional, do atendimento ou mesmo do estímulo estético: trata-se de disponibilizar instrumentos para que os habitantes problematizem e potencializem sua produção socioespacial. Em vez de tentar suprimir as contradições socioespaciais por uma forma qualquer de mediação, a ideia é criar meios de as pessoas continuarem tomando as decisões sobre seus espaços cotidianos, mas com acesso fácil a informações *significativas* para os seus propósitos, isto é, informações sistematizadas a partir dos processos de autoprodução e de suas dificuldades reais.

Seja qual for sua natureza, é decisivo que um instrumento desse tipo – chamamo-no de interface – não exija a mediação de um agente externo para ser usado. Portanto, o arquiteto que atua como inventor de interfaces não toma para si a função de mediador entre sujeitos e produção do espaço; é a interface que assume essa função. Para isso, ela não precisa consistir necessariamente num objeto físico; pode ser também um sistema de regras, uma estrutura organizacional ou outras formas mediadoras do convívio de pessoas entre si e com o espaço (BALTAZAR, KAPP, 2006; KAPP, BALTAZAR, MORADO, 2008; BALTAZAR, KAPP, 2010). Em muitos aspectos, essas interfaces para uma produção socioespacial com maior autonomia se assemelham ao que Illich pleiteava já na década de 1970 contra as hegemônicas "ferramentas industriais": "*ferramentas convivenciais que [...] dão a cada pessoa que as usa a maior oportunidade possível para enriquecer o ambiente à sua volta com os frutos de sua própria visão*" (ILLICH, 1973).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHITECTURE FOR HUMANITY. **Get Our Damn Book and Support The Cause**. [2012]. Disponível em: <<http://architectureforhumanity.org/updates/2012-04-30-get-our-damn-book-and-support-the-cause>>. Acesso em 5 de junho de 2012.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Against determination, beyond mediation. In: KOSSAK, F.; PETRESCU, D.; SCHNEIDER, T.; TYSZCZUK, R.; WALKER, S. (org.). **Agency: working with uncertain architectures**. Abingdon: Routledge, 2010. Disponível em: <[http://www.mom.arq.ufmg.br/05\\_biblioteca/acervo/baltazar\\_kapp\\_agency.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/05_biblioteca/acervo/baltazar_kapp_agency.pdf)>. Acesso em 7 de junho de 2012.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke. Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. **Impulso**, Piracicaba, v. 17, p. 93-103, 2006.



- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção. Crítica social do julgamento**. São Paulo. Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei nº 11.888/2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em:  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>>. Acesso em 5 junho de 2012.
- CASTLE, Helen. Editorial. Latin-America at the Crossroads. **Architectural Design**, v. 81, n. 3, Maio/Junho, 2011.
- ILLICH, Ivan. **To hell with good intentions**. 1968 . Disponível em:  
<[http://www.swaraj.org/illich\\_hell.htm](http://www.swaraj.org/illich_hell.htm)>. Acesso em 7 de junho de 2012.
- ILLICH, Ivan. **Tools for conviviality**. 1973. Disponível em:  
<[www.opencollector.org/history/homebrew/tools.html](http://www.opencollector.org/history/homebrew/tools.html)>. Acesso em 7 de junho de 2012.
- KAPP, Silke; Baltazar, Ana Paula. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. **Bulletin of Latin American Research**, v. 31, n. 2, p.160–173, 2012.
- KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO NASCIMENTO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. In: **Alternate Currents, field: (a free journal for architecture)**, v. 2, n. 1, Oct. 2008. Disponível em: <[www.field-journal.org](http://www.field-journal.org)>. Acesso em 5 junho de 2012.
- LIVINGSTON, Rodolfo. **Arquitectos de la comunidad: el método**. Buenos Aires: Librería Técnica, 2004.
- LOPES, João Marcos de Almeida, KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula. Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: **Silacc 03 – Simpósio Ibero-Americano de Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas**. São Carlos: EESC-USP, 2010.
- McGETRICK, Brendan. Rio favela painting itself out of a corner. In: **Art Review Magazine**, 7 nov. 2008. Disponível em:  
<<http://www.artreview.com/profiles/blog/show?id=1474022%3ABlogPost%3A560474>>. Acesso em: 05 jun. 2012. <[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/19\\_arquitetos\\_familia/index.html](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/19_arquitetos_familia/index.html)>. Acesso em 5 junho de 2012.
- MCIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. **PlanHab – Plano Nacional de Habitação**. Produto 6. Brasília: 2008.
- ROLNIK, Raquel. Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o 'Minha Casa Minha Vida'. **Blog da Raquel Rolnik**. <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/>>. Acesso em 14 de julho de 2012.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TAYLOR, Charles. Interpretation and the Sciences of Man. **The Review of Metaphysics**. Washington (D. C.), v. 25, n. 1, p. 3-51, sept. 1971.